

*manual*

# **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES**

**LEMA** 

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. CREDENCIAMENTO.....	2
2.1 ADMINISTRADORES E GESTORES.....	2
2.2 DISTRIBUIDORES.....	2
2.3 PARÂMETROS A SEREM OBSERVADOS.....	2
3. REQUISITOS.....	3
4. VALIDADE.....	3
5. DECISÃO DE INVESTIMENTO.....	3
6. FLUXO DO CREDENCIAMENTO.....	3
6.1 DISPONIBILIZAÇÃO DAS DOCUMENTAÇÕES PELA INSTITUIÇÃO.....	3
6.2 PROCESSO INTERNO DE CREDENCIAMENTO.....	4
REFERÊNCIAS.....	6
ANEXO A.....	7
ANEXO B.....	8

## 1. INTRODUÇÃO

Nos termos da Portaria MPS nº 519/2011 e suas alterações, antes da realização de qualquer operação, as instituições escolhidas para receber as aplicações dos RPPS devem ser objeto de prévio credenciamento.

Quando se tratar de fundos de investimento, o processo de credenciamento deverá recair sobre as instituições que atuam em sua administração, gestão e distribuição, se houver<sup>1</sup>.

A referida Portaria estabelece os parâmetros mínimos para o processo de credenciamento<sup>2</sup> e a necessidade de registro em termo de análise de credenciamento, além do atestado de credenciamento<sup>3</sup>.

Considerando o disposto na Resolução CMN nº 4.695, de 27/11/2018, que alterou a Resolução CMN nº 3.922/2010, foi verificada a necessidade de atualizar os modelos de termos de credenciamento divulgados no site da SPREV, conforme previsto no art. 6º-E da Portaria MPS nº 519/2011<sup>4</sup>.

Portanto, buscando facilitar o atendimento às obrigações e novos modelos estabelecidos pela SPREV, o presente manual sugere um método para o processo de credenciamento das instituições junto ao RPPS.

## **2 CREDENCIAMENTO**

### **2.1 Administradores e Gestores**

Conforme informativo publicado pela Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia - SPREV, no dia 21 de janeiro de 2019, os administradores ou gestores de fundos de investimentos que cumprem os requisitos previstos no Inciso I do § 2º e § 8º do art. 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010, e conforme lista disponibilizada, devem utilizar o formulário “Termo de Análise e Atestado de Credenciamento de Administrador e Gestor de Fundo de Investimentos”<sup>5</sup>.

Os demais administradores ou gestores de fundos de investimento podem utilizar os modelos do “Termo de Análise de Credenciamento e Atestado de Credenciamento – Demais Administradores ou Gestor de Fundo de Investimento”, ou o “Questionário Due Diligence para Fundos de Investimento – Seção I” e o modelo do “Atestado de Credenciamento”, que deverá ser preenchido após análise da documentação.

O registro da conclusão da análise, tanto da instituição credenciada quanto do produto de investimento, será efetuado em aba específica presente no DAIR, que segue o número de Termo de Credenciamento identificando-o no Cadprev.

### **2.2 Distribuidores**

Deverá ser realizada a análise e registro do distribuidor, instituição integrante do sistema de distribuição ou agente autônomo de investimento, certificando-se sobre o contrato para distribuição e mediação do produto ofertado e a regularidade com a Comissão de Valores Mobiliários – CVM<sup>6</sup>.

### **2.3 Parâmetros a serem observados**

Conforme disposto na Resolução CMN nº 4.695/2018, os parâmetros para o credenciamento a serem observados, e formalmente atestados pelo representante legal do RPPS, dentre outros, são:

- a) Análise do histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;
- b) Análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto à qualificação do corpo técnico e segregação de atividades;
- c) Solidez patrimonial;
- d) Padrão ético de conduta, incluindo regularidade fiscal e previdenciária;
- e) Avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.

### 3. REQUISITOS

Deve ser considerada credenciada a instituição que:

- I - Atender a todos os critérios sugeridos no estágio de entrega da documentação;
- II - For considerada apta pelo Gestor de Recursos e/ou Representante legal da Unidade Gestora ou Comitê de Investimentos;<sup>7</sup>

Quando se tratar de aplicações financeiras em Fundos de Investimentos, deverão estar credenciados o Administrador e o Gestor do fundo. Nos casos em que as atividades de administração e gestão são exercidas pela mesma instituição, de mesmo CNPJ, um único processo de credenciamento será suficiente para a habilitação.

O **Anexo "A"** e o **Anexo "B"** deste Manual de Credenciamento das Instituições contêm um *check list* com a documentação mínima necessária para o atendimento aos critérios do credenciamento, devendo o Anexo "A" ser utilizado para as instituições responsáveis pela gestão e administração e o Anexo "B" para as instituições responsáveis pela distribuição e mediação, quando houver.

### 4. VALIDADE

A análise dos quesitos verificados nos processos de credenciamento deverá ser atualizada a cada 12 (doze) meses.<sup>8</sup>

### 5. DECISÃO DE INVESTIMENTO

Não sendo o credenciamento suficiente para a tomada de decisão de investimento, o gestor e comitê de investimentos devem considerar em suas avaliações prévias:

- Compatibilidade dos ativos investidos com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras do RPPS;
- Projeções econômicas;
- Análises de riscos;
- Análise dos ativos presentes na carteira;
- Aderência ao perfil e estratégia traçada para a carteira;
- Enquadramento do fundo com a legislação e política de investimentos.

Ao finalizar o processo de credenciamento, o RPPS não ficará obrigado a aplicar recursos na instituição. Portanto, o processo de credenciamento não gera qualquer tipo de vínculo entre o RPPS e a instituição credenciada.

### 6. FLUXO DO CREDENCIAMENTO

#### 6.1 Disponibilização da documentação pela instituição

**Documentação mínima necessária:**

- a) Termo de análise e atestado de credenciamento ou questionário Due Diligence - Seção I;
- b) Termo de análise de fundos de investimentos ou questionário Due Diligence - Seção II;
- c) Autorização do BACEN/CVM;
- d) Relatório de Rating (Boa qualidade de gestão);
- e) Certidões Negativas municipais, estaduais e federais;
- f) Certidões quanto às contribuições para o FGTS.

**ATENÇÃO: as certidões negativas deverão estar válidas na data do processo de credenciamento.**

**6.2 Processo interno de Credenciamento****Passo 1 - Análise da documentação:**

A análise deve conter os seguintes critérios:

- a) Análise do histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;
- b) Análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto à qualificação do corpo técnico e segregação de atividades;
- c) Solidez patrimonial;
- d) Padrão ético de conduta, incluindo regularidade fiscal e previdenciária;
- e) Avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.

**Passo 2 - Os termos deverão ser preenchidos com as informações:**

- a) Número do Termo de Análise de Credenciamento;
- b) Número do processo;
- c) Nome e CNPJ do Ente Federativo;
- d) Nome e CNPJ do RPPS;
- e) Indicar se a instituição é Administradora, Gestora ou atua nas duas funções.

<b>TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO</b>			
<b>ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO<sup>4;5</sup></b>			
Número do Termo de Análise de Credenciamento			
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)			
<b>I - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS</b>			
Ente Federativo		CNPJ	
Unidade Gestora do RPPS		CNPJ	
<b>II - Instituição a ser credenciada:</b>		<b>Administrador:</b>	<b>Gestor:</b>

### Passo 3 - Informar a data que será registrado o credenciamento e assinar

O campo para preenchimento da data e assinatura pode ser encontrado ao final do Termo de Credenciamento.

Essa data é baseada na validade das documentações, que você também poderá consultar no checklist (Anexo A).

**ATENÇÃO:** essa data deverá ser a mesma informada no DAIR.

Data:			
Responsáveis pelo Credenciamento:	Cargo	CPF	Assinatura

Deverão assinar:

- a) Gestor do RPPS;
- b) Representante do Comitê de Investimentos do RPPS (Caso possua);
- c) Conselho Deliberativo (Opcional).

**ATENÇÃO:** O Gestor, Administrador e Distribuidor são instituições que possuem atividades segregadas. Assim, é necessário analisar e preencher os termos individuais para cada instituição envolvida no processo e também para cada fundo de investimento credenciado.

**Passo 4 - As informações e documentações geradas neste processo deverão ser arquivadas física e digitalmente no RPPS, a fim de garantir a seguridade dos arquivos para uso de prestação de informação aos órgãos fiscalizadores.**

**AO FINALIZAR O PROCESSO, INFORME AO SEU CONSULTOR QUE VOCÊ REALIZOU O SEU CREDENCIAMENTO.**

## REFERÊNCIAS

<sup>1</sup> Portaria MPS nº 519/2011, Art. 3º, IX, §2º (Redação dada pela Portaria MPS nº 440, de 09/10/2013).

<sup>2</sup> Portaria MPS nº 519/2011, Art. 3º, IX, §1º (Redação dada pela Portaria MPS nº 440, de 09/10/2013).

<sup>3</sup> Portaria MPS nº 519/2011, Art. 6º-E (Incluído pela Portaria MPS nº 300, de 03/07/2015).

<sup>4</sup> Nota de esclarecimento sobre os Modelos dos Termos de Credenciamento, 2017.

<sup>5</sup> <http://www.previdencia.gov.br/regimes-proprios/investimentos-do-rpps/credenciamento-pelos-rpps-das-instituicoes-e-produtos-de-investimento/>

<sup>6</sup> Portaria MPS nº 519/2011, Art. 3º, IX, §2º, II (Redação dada pela Portaria MPS nº 440, de 09/10/2013).

<sup>7</sup> Portaria MPS nº 519/2011, Art. 3º, IX, §1º (Redação dada pela Portaria MPS nº 440, de 09/10/2013).

<sup>8</sup> Portaria MPS nº 519/2011, Art. 3º, 3º (Redação dada pela Portaria MF nº01, de 03/01/2017).



## ANEXO A

### CHECKLIST DE DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Como ferramenta de auxílio para o estágio de análise da documentação, o Manual de Credenciamento disponibiliza uma lista com a mínima documentação exigida para o rito de credenciamento da instituição financeira.

**INSTITUIÇÃO:**

**CNPJ:**

**GESTOR ( ) ADMINISTRADOR ( )**

DOCUMENTOS ANALISADOS		RECEBIDO	DATA	VALIDADE
<b>1</b>	Termo de Análise e Atestado de Credenciamento ou Questionário Due Diligence – Seção I (se for o caso)			
<b>2</b>	Anexo 1 - Análise de Fundos de Investimento ou Questionário Due Diligence – Seção II (se for o caso)			
<b>3</b>	Autorização BACEN/CVM			
<b>4</b>	Relatório de Rating (Boa Qualidade de Gestão)			
<b>5</b>	Certidão Negativa de Débitos Municipais			
<b>6</b>	Certidão Negativa de Débitos Estaduais			
<b>7</b>	Certidão Negativa de Débitos Federais			
<b>8</b>	Certidão quanto a Contribuições para o FGTS			

Com base no Manual de Credenciamento, a Instituição é considerada:

APTA ( ) INAPTA ( ) a relacionar-se com o RPPS.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Gestor de Recursos

## ANEXO B

### CHECKLIST DE DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Como ferramenta de auxílio para o estágio de análise da documentação, o Manual de Credenciamento disponibiliza uma lista com a mínima documentação exigida para o rito de credenciamento da instituição distribuidora.

**NOME/INSTITUIÇÃO:**

**CPF/CNPJ:**

**DISTRIBUIDORA ( )   CORRETORA ( )   AGENTE AUTÔNOMO ( )   OUTRO ( )**

DOCUMENTOS ANALISADOS		RECEBIDO	DATA	VALIDADE
<b>1</b>	Autorização BACEN/CVM			
<b>2</b>	Contrato de Intermediação			

Com base no Manual de Credenciamento, a Instituição é considerada:

APTA ( )   INAPTA ( )   a relacionar-se com o RPPS.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Gestor de Recursos

LEMA